

“Mas leve consigo, bem acordados, todos os sentidos”: a divulgação patrimonial e o turismo na obra *Paisagem e Monumentos de Portugal*

Maria Mota Almeida

Resumo

A obra *Paisagem e Monumentos de Portugal* da autoria de Luiz Reis Santos e Carlos Queiroz vai ser editada em 1940 pelo Secretariado de Propaganda Nacional. Obra enriquecida com fotografias de Mário Novaes. Insere-se na prática de divulgação patrimonial, que tem origem nas publicações dos meados dos anos 20 com *A Arte em Portugal*, na esteira de preocupações editoriais semelhantes, no campo do turismo, que ocorrem em Itália e Espanha, dois estados com governos autoritários. Esta abertura editorial nacional, devida ao editor e gravador Marques Abreu Interrompida em 1932, deixa fundas raízes noutras obras.

Pretendemos demonstrar que *Paisagem e Monumentos de Portugal* se assume por um lado como o corolário de projetos editoriais anteriores, porque associa os patrimónios cultural, natural e imaterial e se ancora numa escolha judiciosa de imagens, na linha defendida pela *A Arte em Portugal* e, por outro, adopta uma narrativa de divulgação patrimonial com um pendor claramente propagandístico ao Estado Novo. Tal como fora enunciada no I Congresso Nacional de Turismo de 1936, pretendia-se mostrar um país humilde, ordeiro, rico e diversificado patrimonialmente, divulgando orgulhosamente o ‘Novo Portugal’.

Palavras-chave: Turismo, Património, Identidade, Fotografia, Estado Novo

Abstract

The work *Paisagem e Monumentos de Portugal*, by Luiz Reis Santos and Carlos Queiroz will be edited in 1940 by the Secretariado de Propaganda Nacional. A work enriched with the photographs of Mário Novaes. It inserts in the practice of historical heritage, which origin lays in the publications from the middle of 1920's with *A Arte em Portugal*, in the sequence of similar editorial concerns, in the area of tourism, that occur also in Italy and Spain, two states with authoritarian governments. This

national editorial opening, due to the editor and printer Marques Abreu, was interrupted in 1932, left profound roots in other works.

We want to demonstrate that *Paisagem e Monumentos de Portugal* assume, on one side as a corollary of previous editorial projects, because it associates cultural, natural and immaterial heritages, and anchors in a judicious choice of images, in the line endorsed by *A Arte em Portugal* and, on the other side, adopts a narrative of historical heritage disclosure with a inclination clearly propagandistic to the Estado Novo. As it was announced in the I Congresso Nacional de Turismo, 1936, one pretended to show a humble, orderly, rich and patrimonially diversified country, disclosing proudly the 'New Portugal'.

Keywords: Tourism, Heritage, Identity, Photography, Estado Novo

“A paisagem portuguesa parece esperar – parece esperar por nós. Há muitos séculos. Mas com a fé inesgotável das mães que esperam pelos filhos ausentes: serenas, com os olhos marejados de sonhos.” (C. Queiroz, 1940, p.8)

“Mas, vistos em conjunto, numa perspectiva de oito séculos, os monumentos portugueses revelam [...] traços comuns de pensamento e sentimento, que imprimem, à mais colectiva de todas as artes uma expressão inconfundível de consciência, de força e de unidade nacional” (Santos, L.R., 1940, p.34)

Introdução

O livro *Paisagem e Monumentos de Portugal* de Luiz Reis Santos e Carlos Queiroz integra as obras¹ que foram publicadas pelo Estado Novo, com o propósito de divulgar as maravilhas patrimoniais e paisagísticas do nosso país. Este trabalho, a todos os títulos entusiasta na transmissão da imagem de um país bucólico, feliz, edulcorado, tem a especial relevância de fazer parte das publicações da Comemoração dos Centenários da Fundação de Portugal e Restauração da Independência, em 1940, editadas pelo SPN.

Luiz Reis Santos, historiador, planeia e dirige o livro onde se juntam o Poeta, Carlos Queiroz, e o fotógrafo, Mário Novaes, para criar uma obra que seja um incentivo inequívoco à viagem, à descoberta das virtualidades de um país que se pretende projetar nacional e internacionalmente. Saliente-se a capa com desenho do artista plástico Bernardo Marques (1898 – 1962), colaborador do Secretariado da Propaganda Nacional, nomeadamente, como decorador da Exposição do Mundo Português de 1940.

Logo na introdução surge um texto de Luiz Reis Santos de que vale a pena recordar um excerto. Diz o especialista em Arte que com esta publicação se pretendeu:

“contribuir para criar e desenvolver o [...] culto consciencioso pelo território continental da Pátria e pelos testemunhos arquitectónicos de instituições e factos que glorificaram a Nação, quer na beleza e valor

¹ Publicam-se 1355 títulos entre 1934 e 1948. “A política, a economia, a história, as artes e a etnografia, dominam o conjunto da programação.” (Acciaiuoli, 2013, p. 315) Relativamente ao turismo, para além do volume em estudo, lançam-se monografias sobre vilas e cidades do país, uma síntese sobre Lisboa, o *Roteiro do Campista*, o *Roteiro dos Vinhos*, a *Cartilha de Hospedagem* e as *Pousadas do SPN*, às quais se juntam cartazes, folhetos, prospectos e catálogos de exposições. Estas obras foram encomendadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional, criado em 1933.

morais e plásticos, quer nos aspectos geomorfológicos, etnográficos, históricos e artísticos” (1940: s/p).

Além de defender a dimensão de culto do passado na (re)construção da identidade, a epígrafe dá, igualmente, conta da necessidade de afirmação dos valores pátrios mediada, sobretudo, pelos monumentos pétreos e pela paisagem.

Carlos Queiroz (1907-1949) poeta, ensaísta, crítico literário, *presencista*, colaborador do SPN e da Emissora Nacional onde divulga a cultura nacional, diretor da Revista *Panorama* a partir de 1941 – da qual este livro não terá sido um embrião? - dedicar-se-á, nesta obra, ao estudo e divulgação da Paisagem Portuguesa. Luiz Reis Santos (1898 – 1967) professor, historiador e crítico de arte, mais tarde Diretor do Museu Machado de Castro, em Coimbra, centrará a sua atenção nos Monumentos. Mário Novaes (1899-1967) fotógrafo, em 1933 instala o seu próprio estúdio na Capital, em 1940 é responsável pela cobertura fotográfica da Exposição do Mundo Português, fará as fotografias que ilustram a obra complementando-a.

Obra esta que apresenta o conteúdo textual separado do material iconográfico, ainda que as 75 fotografias incluídas sirvam de ‘ilustração’ aos dois textos. Cada qual termina com uma bibliografia bastante detalhada e atualizada.

Questões de partida

- Três inquietações fundamentais nortearam a análise da obra em questão e que passaremos a enunciar:
- Qual o ‘retrato’ / ‘imagem turística’ de Portugal pretende o Secretariado de Propaganda Nacional veicular nesta obra?
- Corresponderá, este ‘retrato’, a um discurso de **ruptura** ou de **continuidade** com a campanha empreendida em finais do séc. XIX e na I República?
- A concepção da obra terá sido **inovadora**?

1. ‘Retrato de Portugal’

1.1. Paisagem Portuguesa: ‘mais poética do que plástica’

O autor, nas 21 páginas de texto, começa por lamentar que se viaje cada vez menos visto que o rural intimida os cidadãos, que estão “sedentos de terras alheias” (p.7) mas que se mantêm “sedentários na nossa” (p.7). Lamenta ainda que as facilidades - boas vias de comunicação e a rapidez dos transportes - conduzam ao comodismo de quem conhece o país que lhe é transmitido pela fotografia e cinema, meios estes que banalizam os panoramas. Os portugueses deviam ver a fotografia e o cinema como uma motivação para ir conhecer ‘in loco’ o que a imagem lhes transmite. Mas, pelo contrário, acomodam-se ao conforto do espaço em que habitam. Daí os múltiplos incentivos à viagem no nosso país serem transversais a todo o texto. É preciso sair, passear, calcorrear caminhos: “Vamos, senhores! Um pouco de espírito de aventura na nossa *casa* – agora que já não há mais Ilhas e Continentes para descobrir fora dela”. (p.23) O convite para que se coloquem todos os sentidos bem despertos é feito com insistência: “veja com olhos de ver, ouça com os ouvidos atentos, cheire com as narinas dilatadas, absorva saboreie acaricie.” (p.23)

Vá com tempo... aprecie, saboreie, conheça o muito que o país tem para lhe dar. A quem é aconselhado o lazer ‘cultural’ e as virtudes educativas que devem presidir à verdadeira viagem, aquela que implica um crescimento cultural? No texto em análise, mantém-se a antiga dicotomia viajante e turista, considerado aquele, como o que frui a paisagem e não desvirtua os lugares por onde passa, e o turista, entendido como depredador do espaço a visitar, como alguém “que não viaja, apenas circula, alguém que não tem como objetivo aumentar os seus conhecimentos, mas tão só satisfazer uma curiosidade superficial ou, simplesmente, divertir-se.” (Lousada, 2010, p.65) Deste modo, para o autor, é preciso que o país seja apreciado mais pelo forasteiro, visto que este valoriza a paisagem, pois tem um “gosto [...] muito seu” (p.11), viaja com um “objectivos desinteressados” (p.11), com sensibilidade e, ainda mais importante, “sem binóculo nem máquina fotográfica” (p.11) do que pelo turista. E sentencia que “a nossa paisagem não gosta de turistas” (p.11), visto que este agride e “macula a paisagem” (p.11), pois tem um “gosto convencional” (p.11), estereotipado, contribuindo para a degenerescência do ato de viajar. Definitivamente, o autor bane o turismo de massas, a massificação da viagem, visto que o turista passeia em “rebanho” (p.11) e as viagens organizadas em que se limita a cumprir “roteiros oficiais” (p.11). “Consulta o guia, assesta o binóculo, tira fotogra-

fias e sorri” (p.11), não demonstrando “nem sensibilidade nem imaginação” (p.11), sendo indiscreto, “quasi insolente” (p.11), a ver a paisagem que afa-velmente o acolhe.

Que paisagem é esta, tão sábia e poeticamente descrita e glorificada pelo nosso poeta-escritor? Trata-se, claramente, de uma narrativa poetizada acerca da paisagem rural na sua diversidade, identificada com a sensibilidade feminina, visto que é “maternal e poética” (p.12) e à qual não faltam adjetivos profundamente elogiosos. Sendo “feminina, logo a mais verdadeira” (p.20), a paisagem “cheira bem” (p.13), diz o autor parafraseando Eça, é sorridente, graciosa, ingénua, alegre, autêntica, variada, harmoniosa, sereníssima, secreta, fecunda, doce, amável, calma, discreta, secreta, sedutora, atrativa, delicada, natural, porque pouco ‘domesticada’, ‘não urbanizada’ (p.18), perfumada, pródiga, poética, bucólica, repousante e verdadeira. Esta junção de características perfeitas faz com que “o amor que os provincianos lhe consagram é filial, mas *de filho para mãe*” (p.20). Trata-se, em suma, de um lugar atrativo com uma grande variedade de tons, visto que a “flora portuguesa é rica e multifária”(p.15) e odores, razão pela qual “inspira mais sentimentos do que ideias” (p.20) e onde podemos repousar do desgaste quotidiano, maioritariamente citadino.

Por contraponto, a Paisagem Marítima é masculina, visto ser pouco atrativa, agreste com os seus rochedos e escarpas, severa mas não sinistra porquanto é suavizada pela doçura dos areais, pois “as nossas praias desenvolvem-se num ritmo quasi musical” (p.10). Mais “espectacular do que medonha” (p.13), pontuada pelas povoações pitorescas debruçadas no Atlântico, com os típicos barcos de pesca, redes e montes de sargaços, pela alegria das crianças e pelo andar das varinas. Como o litoral é desfrutado apenas entre julho e outubro apela mais aos “prazeres mundanos do que [à] repousante calma” (p.8) e é rapidamente esquecida, abandonada. “Em vão o Mar [...] murmura o seu familiar apelo.” (p.9), falta que os portugueses o ouçam, descubram na sua plenitude, o admirem e amem.

O homem rural é, na sua ingenuidade quase infantil, possuidor de inúmeras virtudes: afável, calmo, discreto, sorridente, lírico, “super bairrista” (p.21) que gosta de pirotecnia, “é o nosso eterno lirismo em busca de expressão verbal” (p.8), e de romarias festivas. Não estamos, com esta descrição, muito longe das características, felizes e resignadas, atribuídas por Rafael Bordallo Pinheiro ao seu Zé Povinho, popularizado com a cerâmica da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, a partir do último quartel do século XIX. Acrescente-se uma outra qualidade ao povo rústico: é “um es-

teta da paisagem” com uma profunda intuição artística que se manifesta, por exemplo, na forma como faz as hortas, como organiza as eiras, a palha e as marinhas de sal.

Os núcleos urbanos são valorizados na medida em que existe uma estreita relação com a paisagem rural. As cidades vivem em harmonia com o rio: o Porto com o Douro, Lisboa com o Tejo, “mas onde essa harmonia das cidades com os rios atinge a expressão de verdadeira obra d’arte, é na integral união de Coimbra com o Mondego” (p.22), ou não fosse este um rio somente português.

“A nossa paisagem é musical” (p.22) e os ruídos citadinos são campestres - galos, pregões, andorinhas, pardais, etc. - e mesmo “onde parece haver desordem há muitas vezes poesia” (p.22) e onde “parece haver indisciplina há, quase sempre, naturalidade” (p.22).

O texto abarca a relação dos mais interessantes aspectos paisagísticos do país: serras, miradouros, paisagens da costa, planícies e vales, matas, quintas, parques e jardins, gargantas e desfiladeiros, cascatas, grutas, aglomerados urbanos e estradas. Insere, no final e imediatamente antes da bibliografia, um conjunto de rotas que permitem apreender os melhores panoramas. Os locais, mercedores de visita, mantêm-se atualmente referência incontornável na atratividade turística, excetuando, evidentemente, as que deixaram de existir ou não são visitáveis. Apesar de alguma dispersão geográfica, o norte do Tejo e a região de Lisboa assumem um maior protagonismo, dando-se um salto quase direto para o Algarve. O Alentejo é apresentado frugalmente em alguns apontamentos, sobretudo, no que concerne aos miradouros, maioritariamente situados em castelos.

1.2. Monumentos de Portugal: “Os monumentos traduzem melhor as feições íntimas da alma portuguesa do que os factos relatados nos anais da Pátria”

Ao considerar os monumentos como o maior testemunho da grandeza dos portugueses, o autor, ao longo de 45 páginas, não se cansa de enaltecer as vantagens da Arte enquanto “testemunhos da sensibilidade, do espírito, das tradições e dos ideais do povo” (p.33), visto que “evoca páginas brilhantes da nossa história” (p.33) com “notas pitorescas de grande valor ornamental” (p.33). A propaganda histórica, implícita a este discurso, vai difundir-se mediante a sua transmissão ao turista dentro e fora de portas. Assegura-se, deste modo, a coesão de um país mediante uma exaltação nacionalista reforçando as suas características únicas.

Esta verdadeira “crónica empolgante” (p.33) é-nos transmitida mediante a ênfase descritiva do património construído de carácter monumental, isto é, dos ‘grandes’ testemunhos que percorrem as várias épocas desde os Romanos ao Estado Novo. Pretende descrever e agrupar os principais monumentos desde a consolidação política da pátria passando pelos ‘Descobrimientos e Conquistas’ e terminando na contemporaneidade, visto que os monumentos portugueses “revelam [...] uma expressão inconfundível de consciência, de força e de unidade nacional” (p.34). Assim aborda a: arte Romana; Visigoda; Moçárabe; Árabe; o Românico; Gótico; Manuelino; Renascimento; Barroco; Romantismo e Estado Novo. Selecciona, de uma forma exaustiva, os monumentos mais representativos de cada época e elabora uma descrição bastante detalhada dos mesmos, recorrendo a diversas fontes para substantivar e fundamentar a opinião que emite. Termina com o Catálogo dos Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público classificados até Setembro 1940. Note-se que muitos deles foram classificados como Monumento Nacional em 1910, facto que é omitido. Em contrapartida, elabora um rasgadíssimo elogio e agradecimento à Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) pelo esforço, dedicação, competência, probidade e de “obra benemérita e grandiosa da conservação e restauro das nossas principais relíquias arquitectónicas.” (p.78). Termina com uma bibliografia extensa e atualizada.

1.3 Fotografia: ilustração dos textos

A fotografia, que ilustra judiciosamente a obra, é, para além da capa, em nosso entender, o elemento agregador dos ‘dois’ livros mas com claro benefício da representação do património edificado. Assim, do total de 75 fotografias, cerca um terço (23) são aspectos paisagísticos onde ressalta a placidez bucólica. Ao analisarmos o quadro nº1 verificamos que, em termos de paisagens, se podem isolar dois territórios: o Norte de Portugal com 9 fotos e o Centro do País com 6 fotos. Cumpre destacar a região de Lisboa onde, curiosamente, a ‘linha’ do Estoril não tem representação. O Ribatejo, Alentejo e Algarve detêm uma expressão bastante residual. Destaca-se a Serra da Estrela e Sintra com duas fotos cada, todas as outras localidades são representadas por um único registo. Trata-se da veiculação iconográfica de um país turístico fortemente direcionado para Norte do Tejo, estando ainda muito ligado à rede de transporte ferroviário.

De realçar que, apesar de Carlos Queiroz descrever, com algum grau de desenvolvimento, a população rural, ela só é representada por uma única pessoa, na paisagem alentejana.

Uma comparação entre a edição portuguesa e a edição francesa, publicada dez anos depois, revela-nos que os locais merecedores de visita, pela sua característica cénica ou paisagística, se mantêm e muitos deles ainda fazem parte das narrativas de divulgação turística atual. Apenas se desdobra a vista panorâmica do Monte de Santa Luzia, em Viana do Castelo, e, por força das circunstâncias políticas, a necessidade de reforçar a propaganda ao regime e ainda, porque em 1940 a rede de Pousadas de Turismo² não existia, insere-se a fotografia de uma pousada que alberga os viajantes que circulem na estrada mais importante do país, objeto, também ela, de uma fotografia acompanhada de um texto glorificador das ações do regime político vigente.

Quadro 1 - fotografias da <i>Paisagem</i> da autoria de Mário Novaes		
Versão portuguesa e versão francesa	Nº de fotog.	Região
Viana do Castelo - Vista panorâmica do Monte de Santa Luzia; Vila Nova de Famalicão - Paisagem Minhota Serra do Gerez - vista da Pedra Bela Mirandela - Panorama Alijó - garganta do rio Tua Pinhão - Rio Douro Vila Nova de Gaia - O Porto e o Rio Douro	8	Norte
Vale do Vouga - Pecegueiro Bussaco - mata Aveiro - Ria Penacova - rio Mondego Coimbra - vista do Choupal Serra da Estrela - (2)	6	Centro
Sintra - paisagem saloia Sintra - serra Arrábida (serra) - o rio Sado Lisboa - Costa do Castelo	4	Região de Lisboa
Almeirim - paisagem ribatejana	1	Ribatejo
Évora - panorama da cidade Alentejo - 'monte'	2	Alentejo
Lagos - praia Olhão - açoteias	2	Algarve
TOTAL	23	

Uma das magníficas Estradas modernas construídas pelo Estado Novo que atravessa todo o país.	1
Uma 'pousada' (albergue de turismo) na estrada Lisboa - Porto	1

(Elaboração própria, 2017) Nota: seguiu-se a ordem e a nomenclatura constantes da publicação

² Note-se que foi o decreto-lei nº 31/259 de 9 de maio de 1941, da Presidência do Conselho, que regulou a exploração das pousadas. Estas forma criadas à semelhança dos Paradores espanhóis e a primeira, a de Elvas, vai ser inaugurada em 1942.

Atente-se, em seguida, ao quadro 2 que nos dá uma panorâmica da cobertura imagética do texto *Monumentos*: mais de dois terços (52) das fotografias ilustram o ‘panegírico’ de Luiz Reis Santos, destacando os monumentos icónicos tão caros à ação de propaganda do Estado Novo, marcos de uma nação.

Quadro 2 - fotografias dos Monumentos da autoria de Mário Novaes			
Cidade - Monumento	Época/ Estilo	Nº de fotog.	Comentários do autor
Évora - Templo Romano Chaves - Ponte	Romano	2	
Sintra - Castelo dos Mouros	Árabe - ampliação após Reconquista	1	
Lourosa - Igreja de S. Pedro	Moçárabe	1	
Guimarães - Castelo Tomar - Charola Coimbra - Sé Velha (2) Braga - Portal lateral - Sé Porto - Igreja da Cedofeita Bragança - Domus Municipalis Rio Mau - Igreja de S. Cristóvão Bravães - Ig.de S. Salvador Alcobaça - Mosteiro Évora - Sé (2) Coimbra - Convento de Celas Alcobaça - Túmulos Pedro e Inês Óbidos - Vista geral Leça do Bailio - Igreja Batalha - Mosteiro (3) Vila da Feira - Castelo	Medieval	20	"[...] igrejas e catedrais românicas e góticas explicam as origens da Nação Portuguesa, a sua razão de ser, a sua verdadeira missão europeia, a consolidação nacional e os factores que influíram no movimento gerador dos descobrimentos e conquistas para a dilatação da fé cristã e do império de Deus."
Lisboa - Jerónimos (3) Sintra - Palácio real Tomar - Convento de Cristo (2) Tomar - Igreja S. João Baptista Batalha - Capelas Imperfeitas Évora - Largo das Portas de Moura e Casa Cordovil Évora - Ermida de S. Brás Lisboa - Torre de Belém Arraiolos - Solar da 'Sempre Noiva'	Mudéjar Manuelino	12	"As edificações manuelinas e renascentistas, barocas [sic.] e rococós, neo-clássicas e contemporâneas, definem os impulsos da expansão portuguesa em palpante linguagem plástica, a atitude de Portugal perante a sua história e a Renascença, a civilização internacional e as próprias aspirações." (p.34)
Tomar - Igreja da Conceição Tomar - Convento de Cristo - claustro principal Évora - Igreja da Graça Lisboa - S. Vicente de Fora Viana do Castelo - Praça da República	Renascimento Maneirismo	5	
Lisboa - Palácio de Palhavã Ponte de Lima - Solar de Bertandos Vila Real - Solar de Mateus Braga - Solar do Visconde de S. Lázaro [Palácio do Raio] Lisboa - Terreiro do Paço Mafra - Convento	Barroco Pombalino	6	
Queluz - Palácio (2) Lisboa - Basílica da Estrela	Neo - Clássico e Rococó	3	
Lisboa - Igreja de Nª Sª de Fátima Lisboa - Exposição do Mundo Português - Pavilhão de 'Os Portugueses no Mundo'	Contemporâneo	2	"A arquitectura monumental do último decénio é bem o reflexo das grandes aspirações e reformas duma nação que renasce e progride. [...] documenta a obra extensa e profunda, entusiasta mas ponderada, persistente e duradoura do ressurgimento nacional." (p.69)
TOTAL		52	

(Elaboração própria, 2017) Nota: seguiu-se a ordem, a nomenclatura e o estilo constantes da publicação

A época medieval, fundação e consolidação da ‘grandiosa nação’, é claramente privilegiada, como se pode ver no quadro número 2, seguindo-se a época de Expansão e Descobrimientos, igualmente outro marco fundamental da nossa afirmação enquanto nação que se expande, difundindo a fé cristã. Não é por acaso que a Exposição de 1940 comemora com grande entusiasmo estes dois marcos considerados extraordinariamente significativos na formação da nossa identidade.

Ao atentarmos ao número de fotografias por localidade verificamos que se privilegiam Lisboa e Évora, seguida de Tomar, Batalha, Coimbra, Alcobaça e Sintra. Em Lisboa só os Jerónimos são distinguidos com três fotografias, a seguir a Torre de Belém, S. Vicente de Fora, Palácio de Palhavã, Terreiro do Paço, Basílica da Estrela, Igreja de Nossa Senhora de Fátima “notabilíssima iniciativa de Sua Eminência o Cardial (sic) Patriarca [...] em que artistas de entre os mais notáveis decoradores do nosso tempo colaboraram, que se traduzem, na linguagem plástica do nosso tempo, virtudes colectivas da Pátria e o sentimento da fé cristã que, desde o séc. XII, revelou destinos superiores, indicando o caminho para a glorificação de Portugal.” (p.69). A finalizar o conjunto, apenas uma foto da Exposição do Mundo Português. Temos assim a Lisboa grandiosa dos Descobrimientos e Barroco; a Lisboa moderna pós - terramoto e a cidade contemporânea, a acompanhar a vanguarda europeia com as realizações e edificações do Estado Novo. No que concerne à cidade de Évora o registo fotográfico inicia-se com o Templo Romano, Sé -3- fotos, Ermida de S. Brás, Largo das Portas de Moura e Igreja da Graça. Nesta cidade remontamos aos vestígios romanos, medievais, manuelino-mudéjar e renascentistas. Em Tomar o destaque vai para o Convento de Cristo com a Charola e o Claustro Principal, para a Igreja de S. João Baptista e Igreja da Conceição. Destaca-se, pois, a época Medieval, Manuelina e o Renascimento. Alcobaça e Batalha salientam-se pelos seus Mosteiros e Sintra pelo Palácio da Vila e Palácio dos Mouros, esquecendo-se a obra oitocentista da Pena. Na cidade dos estudantes, Coimbra, só dão destaque à época medieval com a sua simbólica Sé - Velha, duas fotos, e com o Convento de Celas. Todas as outras localidades, com um claro predomínio do Norte e Centro, só têm direito, cada uma, a uma fotografia e sempre de monumentos emblemáticos: ponte de Chaves, Sé de Braga, Igreja de S. Pedro de Lourosa, Domus Municipalis em Bragança, Castelo Vila da Feira, etc.

As fotografias, de grandes panorâmicas quer das paisagens, quer dos monumentos, onde se destacam alguns pormenores, assemelham-se ao trabalho do grande divulgador da paisagem, dos monumentos e dos usos

e costumes nacionais, Marques Abreu, “onde o estético e o pitoresco se sobrepujam ao documental”. (Aboim, 2013: 321). Não obstante, é na qualidade das fotogravuras, fundamentais como forma de atração turística, que se distancia o labor de Mário Novaes de trabalhos anteriormente publicados pelo fotógrafo e editor acima mencionado, “pela escolha do papel, não couché, retirando-lhes a nitidez desejada, aproximando-as antes de um figurino pictorialista, [...] efeito eventualmente não desejado pelo seu autor” (Aboim, 2013: 321)

2. Discurso de ‘ruptura’ ou ‘continuidade’?

2.1 A ‘continuidade’ na *Paisagem Portuguesa*

O texto, *Paisagem Portuguesa*, revela, mediado pelo olhar citadino e pela construção burguesa do rural profundamente idílico, uma continuidade narrativa e ideológica relativamente aos discursos de divulgação anteriores ao Estado Novo, contrariando a ideia, por vezes existente, de que os usos ideológicos do turismo são “um cunho do Estado Novo, minorando as marcas de continuidade com o período republicano.” (Vidal & Aurindo, 2010: 119) e mesmo com o século XIX.

Segue, pois, o modelo de construção / perpetuação da identidade nacional através da valorização do espaço rural e da paisagem tão cara quer ao Romantismo, com Garrett e Herculano, por exemplo, quer à primeira República. Serve, sem dúvida, os ideais dos Nacionalismos do séc. XIX e XX que defendiam que, para fortificar as identidades nacionais, é necessário descobrir o país com a sua história, heróis e paisagem. Celebra a cultura popular como a mais autêntica e aquela que melhor congrega as características únicas de cada nação. A burguesia, que saiu fortalecida da Revolução Liberal de 1820, promove a criação e difusão de uma cultura, implicando a “promoção de uma atitude colectiva de (re)conhecimento da Nação, da sua história, do seu património, das suas tradições, do seu território (paisagens e povoações).” (Ribeiro, 2012:169)

Acompanha o propósito e a retórica da Sociedade de Propaganda de Portugal, instituída em 1906, de que Portugal deve ser visitado quer por nacionais, quer por estrangeiros para apreciarem a diversidade das suas paisagens e a riqueza das suas tradições. Segue, igualmente, a ideia, veiculada após 1910, da dimensão educativa do ato de viajar à descoberta do território nacional. O culto da Pátria deve fazer-se pelo conhecimento da

história e do seu património, costumes e variedade de paisagens nacionais. Conhecimento, este, que contribui para a sua preservação.

Preservação e conhecimento que, no entender de Carlos Queiroz, implica uma fruição com tempo excluindo veementemente as hordas de curiosos que desvirtuam os espaços. Aceita o ‘rodar’ da máquina de propaganda turística, profundamente estimulada durante o Estado Novo, “[...] com todos os benefícios que dela possam advir” (p.11), contudo, não se deixa deslumbrar, visto ser “legítimo não a estimarmos em tão larga escala para nós.”(p.11). Daí preferir o forasteiro ao turista.

Descreve o que denomina como povo rústico, mitificando-o, devolvendo-o à pureza original, a um tempo primordial, que lhe confere uma essência genuína preservando as nossas tradições e a nossa integridade. “Se há homem do campo que seja afável é o nosso” (p.7) e é este homem do campo que com o apego à fecundez do solo, mantém a paisagem rural repelindo a indústria. Trata-se de difundir o ideal de ruralismo mitificado, uma enenação idílica da natureza, personificando a paisagem. Há, sem dúvida, ao valorizar os recursos turísticos do país, uma ‘nacionalização’, apropriação e estetização da cultura popular pelas elites intelectuais, numa espécie de saudosismo das origens campestres, o que conduz à sua edulcoração. O Secretariado de Propaganda Nacional em muitas publicações transmitia este mesmo ideário, ou seja, replicava “a doçura e a inocência rurais, origem, aliás, do presidente do Conselho, que insistia em evocar com certa regularidade.” (Cadavez, 2017: 262).

2.2 A ‘ruptura’ nos *Monumentos de Portugal*

Contrariamente à *Paisagem*, o texto escrito por Luiz Reis Santos, *Monumentos*, marca uma ruptura discursiva podendo ser entendida, na sua plenitude, como uma obra panegírica do Estado Novo, concedendo-se um papel nuclear, a este Regime, na orientação do bom gosto na área das artes, nomeadamente na arquitectura. É por demais salientada a “desordenada atividade” (p.68) arquitectónica anterior ao Estado Novo “que ora manifesta culto convencional pelo classicismo, ora copia formas superficiais de estilos consagrados, em épocas gloriosas de história pátria.” (p.68), com a fantasia da Pena, Buçaco, Monserrate, Jerónimos (a ala edificada em 1859) e ainda os ‘horrores’ da I República. Segundo o autor, a arquitectura portuguesa do primeiro quartel do séc. XX “reflecte o mundo confuso das ideias legadas pelo séc. XIX: definhamento das instituições, da consciência e das atividades nacionais, certos aspectos da desorganização social

em que vivíamos” (p.68, 69), versus o encanto do restauro e edificação arquitectónica do Estado Novo: “obra extensa e profunda, entusiasta mas ponderada, persistente e duradoura do ressurgimento nacional” (p.69). E não poderemos deixar de continuar a citar o autor pela constante glorificação que faz ao Regime em que vive: “a arquitectura monumental do último decénio é bem o reflexo das grandes aspirações e reformas de uma nação que renasce e progride” (p. 69). Pela mão, por exemplo, de Cottinelli Telmo, Jorge Segurado, Carlos Ramos e Pardal Monteiro, a arquitectura do Estado Novo “impõe-se como exemplo, pelo espírito racional, pela disciplina e pelo equilíbrio”, correspondendo aos sólidos valores instaurados por quem tem nas mãos o destino da Nação. Glorificação do passado, quantas vezes imaginado, que serve de inspiração à continuidade vigente, exaltação do presente, preservação da memória olhando para o futuro: eis os ingredientes essenciais para compor a necessária consagração. A divulgação patrimonial acompanha, no texto deste autor, uma clara propaganda ao regime. Propaganda esta que pode, igualmente, ser vislumbrada em muitas outras publicações culturais, políticas e económicas da época como tão fundamentadamente explica Cadavez (2017).

2.3 A ‘continuidade’ nas Ilustrações

Relativamente à fotografia, os temas tratados e silenciados, as perspectivas adoptadas e a sua inclusão num projeto desta natureza revelam uma continuidade com práticas iniciadas, em Portugal, no início do século, bem mais tarde do que em outros países. Com efeito, a ligação entre a fotografia e a narrativa de viagem manifesta-se desde cedo em França, Inglaterra, Itália e América do Norte. Os fotógrafos acompanham as grandes expedições científicas e as grandes viagens registando o belo, o diferente e, evidentemente, a vertente científica acerca da qual fazem um inventário pedagógico fiel. Em Portugal, só no início do séc. XX, com a edição *d’A Arte e a Natureza em Portugal*, vasta e complexa obra editada por Emílio Biel, publicada em fascículos entre 1902 e 1908, se começa este percurso que pretende ser uma mais valia para o turista. Note-se que “a perspectiva editorial de Biel ancorava num ideal romântico, evidenciando a arquitectura gótica, a par dos castelos e dos “edifícios de arquitectura contemporânea”, e vocacionada para uma ‘elite’” (Aboim, 2013: 47). Contudo, esta primeira experiência de condensação de uma visão simultaneamente patrimonial, paisagística e pitoresca não encontrará sequência no imediato. Somente na segunda metade do anos 20, com a atividade editorial e fotográfica exercida por Marques Abreu na área do Turismo e da divulgação dum Por-

tugal patrimonial e cultural expressa n’*A Arte em Portugal* o projeto terá sequência. Trata-se de uma coleção de pequenos volumes “com evidentes preocupações de divulgação turística, que assume o seu carácter precursor num país avaro de publicações congéneres” (Aboim, 2013: 23) crucial para o “desenvolvimento do Turismo Português, anterior à ‘Política de Espírito’ de António Ferro.” (Aboim, 2013: 14).

3. A concepção da obra terá sido inovadora?

No seu conjunto a obra em estudo “aproxima-se da ideia que tinha sido avançada por Krüger³, Marques Abreu⁴ e Hernâni Monteiro nos inícios dos anos 30”. (Aboim, 2013: 321). Com efeito, em 1932, Marques Abreu fora abordado por F. Krüger, director da revista *Volkstum und Kultur der Romanen*, admirador do trabalho de divulgação da história, das tradições artísticas de Portugal “a um público culto”⁵ (cit.por Aboim, 2013, p. 320) efectuado pela revista *Ilustração Moderna*. O aspecto mais ‘empolgante’ eram as “ilustrações, excelentes em todo o sentido que [...] documentam, de maneira impressionante, a história e cultura de Portugal sob a forma dum arquivo científico”. Nesta revista era transcrita uma carta, datada de 9 de Julho de 1932, onde F. Krüger propunha, a partir do acervo de fotografias de Marques Abreu, a publicação “dum livro sobre Portugal, onde fossem tidos em consideração os monumentos, a paisagem e cenas populares à semelhança do que existe já noutros países...” Saliente-se, nesta proposta, o interesse dos estrangeiros na divulgação de Portugal. O facto de Marques de Abreu não ter financiamento para tal empreendimento motiva Hernâni Monteiro a empenhar-se totalmente na tentativa de angariação do mesmo, como se pode verificar através da carta que envia a Marques Abreu.⁶ Objetivo que se propõe concretizar mediante o apoio da Junta da Educação Nacional. Este organismo mostraria interesse na obra, apesar da difícil situação económica em que se vivia, pela importância, no dizer de Hernâni Monteiro, de que se revestia quanto à valorização de Portugal “aos olhos dos estrangeiros cultos.” (cit.por Aboim, 2013: 320). O projecto enquadrava-se no aparecimento de vários guias de viagem, portugueses, obedecendo a diferentes perfis e programas, entre os anos 20 e 30 do séc. XX, revelando a existência de um mercado em crescimento. O Guia de Portugal, de Raul Proença, em 1924 e o Guia de Portugal Artístico, de

3 Fritz Krüger (1889-1974) era professor catedrático da Faculdade de Letras de Hamburgo, director do Seminário de Línguas e Culturas Românicas, e dirigiu a revista *Volkstum und Kultur der Romanen* entre 1926 e 1944

4 José Antunes Marques de Abreu (1879 - 1958) - Fotógrafo e editor com atelier próprio, dedica-se desde o início da sua actividade à gravura, especializando-se na zincogravura. Este processo veio permitir a edição de publicações ilustradas com grandes tiragens, nomeadamente periódicos.

5 Abreu, M. (1932, Set-Out) As coisas portuguesas apreciadas no Estrangeiro. *Ilustração Moderna* nº 58, p. 474-475.

6 Carta de 15.9.1932, de Hernâni Monteiro para Marques Abreu.

Robélia de Sousa Ramalho, iniciado em 1933, apresentavam-se na esteira dos grandes guias como o de Baedeker e os Guides Bleues, da Hachette e MacMillan. O Manual do Viajante em Portugal, de Carlos d'Ornellas, continuador do mesmo título, por Mendonça e Costa, desde 1923, e que teve cinco edições entre 1924 e 1955, propunha diversos itinerários pela capital e pelo país. *Portugal: a Arte; os Monumentos; a Paisagem; os Costumes; as Curiosidades*, publicado pela Portucalense Editora, no início dos anos 30, com programa distinto, englobava vários volumes.

Não obstante esta proliferação de guias, uma edição que traduzisse Portugal em texto e imagens, ambos devidamente cuidados, teria um previsível sucesso, tal como Krüger deixa antever. Apesar das diligências acima enunciadas, o livro, com “as coisas portuguesas apreciadas no Estrangeiro”, (Abreu, 1932: 474) nunca passou de um sonho. “É tarefa a que outros mais novos e mais audazes se poderão abalçar”, diz-nos Marques Abreu (1932: 474) que, durante toda a sua vida, procurou “criar uma sensibilidade de conservação e valorização do património cultural português, tentando consolidar o que podemos designar de primeiros esforços de divulgação de Portugal, a título particular” (Almeida & Aboim, 2014: 134). Oito anos depois é dada à estampa a audaciosa obra: *A Paisagem e Monumentos de Portugal*.

4. A internacionalização do projeto

Obra esta que se vai internacionalizar quase 20 anos depois daquele empreendimento infrutífero. Com efeito, o Secretariado de Propaganda Nacional, ao promover Portugal no estrangeiro, não esquece esta(s) obra(s) e investe na sua tradução para Inglês e Francês. Os livros são editados em separado num formato mais transportável, quase diríamos de bolso, com capas diferentes da edição portuguesa. Contêm uma introdução explicativa, elaborada pelo autor do respetivo texto, dirigida aos leitores da língua a que se destina. No final, logo a seguir à bibliografia, surgem algumas fotografias de Mário Novaes que fizeram parte da edição portuguesa. Ao folhear, por exemplo, *Paysages du Portugal*, encontramos o prefácio de Carlos Queiroz a explicar que “ce livre n'est pas un guide touristique”⁷ (1950: s/p) mas sim uma forma de propagar as características específicas da paisagem portuguesa na sua relação com a literatura, as artes, a etnografia e o folclore. Como Portugal pode ser considerado “le Pays du lyrisme”⁸ (1950: s/p), a linguagem é, por vezes, emotiva mas, segundo o

autor, a que melhor se adapta a compreender o tema que vai desenvolver: “la féminité – aimable et féconde – du paysage portugais”⁹(1950: s/p). O texto segue, exatamente, a organização portuguesa. Todo este esforço de divulgação além – fronteiras remete-nos para a importância que o turismo internacional detém para este país de alma poética e por outro lado, faz-nos recuar no tempo e transporta-nos para a proposta de Krüger: “um livro sobre Portugal [...] à semelhança de outros países [...] visto que, com meu conhecimento, não tenha sido publicada uma obra de conjunto sobre as províncias portuguesas, falta que nós aqui muito sentimos” (1932) O Estado Novo, para quem o Turismo era um meio de propaganda eficaz, cumpriu este ideal. Continuava assim, de “forma aliciante e sub-reptícia, a [seduzir] ‘turistas médios’ e visitantes estrangeiros.” (Cadavez, 2017: 271).

Conclusão

Estamos perante uma narrativa sabiamente urdida, inserida nos mecanismos caleidoscópicos de propaganda, usados na viragem para o séc. XX, e de que o Estado Novo se serviu sabiamente. Note-se que a edição da obra data de 1940. Ora “1940 prepararia o país para o Turismo, enquanto atividade organizada, regulada e propagandeada pelo regime” (Pires, 2003: 39) e esta obra permite-nos o calcorrear, de Norte a Sul, “duma nação que renasce e progride” (Santos, 1940, p. 69) profundamente edulcorada e efabulada. Note-se que os Açores e Madeira estão ausentes da narrativa.

Em nosso entender, como foi explicitado, tratam-se de dois livros unidos por uma capa em que o grande elemento agregador é constituído pelo conjunto das fotografias.

O primeiro autor, Carlos Queiroz, ao fazer a promoção do nosso território, segue o ideal de construção / perpetuação da identidade nacional através da ruralidade. Essa mensagem é construída através da difusão de um mundo tradicional, rural, variado, pitoresco, profundamente edulcorado, apelando a uma polifonia de sentidos. Estamos perante uma idealização da Paisagem, vista como um dos símbolos da Nação, que ajuda a projectar nacional e internacionalmente uma imagem, enquanto recurso turístico, que serve um regime político. Mais do que apenas um espaço físico humanizado, a paisagem surge como elemento agregador da construção da identidade nacional testemunha da história e memória do país. A vivência multissensorial da paisagem é complementada com uma representação poetizada do povo português e da suas gentes. Veicula-se, deste modo,

7 Este livro não é um guia turístico (nossa tradução)

8 o País do lirismo (nossa tradução)

9 a feminilidade – amável e fecunda – da paisagem portuguesa (nossa tradução)

um modelo ideal de povo cheio de emoção e afabilidade. Contrastando com a realidade, transmite-se uma visão ternurenta e pacificada da Nação, onde todos gostam de viver e onde todos gostam de viajar. Valorizam-se, pois, os lugares turísticos dotados de qualidades naturais ou patrimoniais mas também lugares socialmente construídos onde o peso do homem do campo, com as qualidades já referidas, tem especial relevância.

O 'olhar turístico' que se pretende veicular não nos remete para novos tipos de leitura da Paisagem Portuguesa. Segue, outrossim, a linha dos nostálgicos da viagem de lazer e da cultura das elites, que antecede as viagens organizadas e mais acessíveis, sublinhando a dicotomia entre a viagem educativa, da qual os turistas se teriam afastado e a viagem apenas de entretenimento. Os turistas valorizariam os lugares da moda e o lazer em vez do conhecimento e do crescimento interior. A superficialidade no ato de viajar ultrapassaria a verdadeira viagem, mas é aos amantes desta última forma de viajar que se dirige o texto de Carlos Queiroz.

Através do património construído Reis Santos transmite uma multiplicidade de significados ideológicos fazendo com que a valorização da obra passada legitime o tempo presente. Ao longo da narrativa somos alertados para a relação dicotómica: passado/presente, continuidade/modernização, tradição/evolução que se materializam num país que soube preservar a herança, base da sua identidade e justificação da sua ancestralidade, ao mesmo tempo que acompanhou os novos tempos e permite propagandear o ideário do sistema político vigente, sob o olhar atento e acolhedor de Salazar.

Bibliografia

Abreu, M. 1932. "As coisas portuguesas apreciadas no Estrangeiro" in *Ilustração Moderna* nº 58, Set-Out, 474-475.

Almeida, Maria Mota, Aboim, Pedro. 2014. "Guias e Monografias Turísticas entre os anos de 1930 e 1950" in *Tourism and Hospitality International Journal*, vol. 3, nº 2, Parte I, 126-145.

Acciaiuoli, Margarida. 2013. *António Ferro – A vertigem da Palavra: retórica, política e propaganda no Estado Novo*, Lisboa, Bizâncio

Borges, José Pedro Aboim. 2013. *Marques Abreu: A Fotografia e a Edição Fotográfica na defesa do Património Cultural*, PHD diss., FCSH da Universidade Nova de Lisboa

Cadavez, Cândida. 2017. *A Bem da Nação: As representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*, Lisboa, Eds. 70

Ferro, Mafalda (coord. e org.). 2016. *António Ferro: 120 anos*. Actas, Fundação António Quadros / Texto Editores

Lousada, Maria Alexandre. 2010. "Viagens e Turistas. Portugal, 1850 - 1926. In *Viajar - Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*, coord. por Maria Alexandre Lousada, e Ana Paula Pires, 65-75. Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República

Monteiro, Hernâni, Carta para Marques Abreu, 15.9.1932.

Pires, Ema Cláudia. 2003. *O Baile do Turismo. Turismo e Propaganda no Estado Novo*

Queiroz, Carlos. s/d - 1950. *Paysages du Portugal*, Lisbonne, SNI

Queiroz, Carlos. 2016. *Paisagem Portuguesa*, Lisboa, Feitoria das Letras

Ribeiro, Carla Patrícia Silva. 2012. "Cultura popular em Portugal: de Almeida Garret a António Ferro", *População e Sociedade*, CEPESE, vol.20, p. 167 -183

Santos, Luiz Reis, Queiroz, Carlos. 1940. *Paisagem e Monumentos de Portugal*, Lisboa, SPN

Vidal, Frédéric e Aurindo, Maria José. 2010. "Turismo e Identidade Nacional: Uma Nova Imagem para Portugal" In *Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*, coord. por Maria Alexandre Lousada, e Ana Paula Pires, 119-124. Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República

Nota Biográfica

Maria Mota Almeida é equiparada a Professora Adjunta na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE). Publica na área da museologia, património e turismo cultural. Na área do turismo literário tem desenvolvido uma investigação tendo por base a obra de António José Branquinho da Fonseca. É Licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, Mestre e Doutora em Museologia com a tese "Um Museu – Biblioteca em Cascais: pioneirismo mediado pela ação cultural e educativa" (2013). É Investigadora Integrada do IHC - Universidade Nova de Lisboa.

Endereço electrónico: mariamotal@gmail.com

ORCID: [Orcid.org/0000-0002-7105-5805](https://orcid.org/0000-0002-7105-5805)